

TRABALHO E EDUCAÇÃO E A AGROECOLOGIA: PERSPECTIVA AMPLIADA DE FORMAÇÃO HUMANA

Custódio Jovêncio Barbosa Filho¹

Resumo

Como pesquisa em andamento este estudo tem como objetivo central analisar as ações elaboradas pelos/as agricultores/as no processo de transição da agricultura convencional para a agroecologia nas propriedades de agricultura familiar localizadas no município de Ubá e circunvizinhanças e, suas relações com o trabalho na perspectiva da formação humana. Para tal, temos buscado uma aproximação por meio da metodologia da pesquisa-ação como forma de coleta de dados. Esta metodologia tem nos proporcionado trabalhar sob a perspectiva de que o/a pesquisador/a contribua e interfere de forma direta no processo da pesquisa. Enquanto categoria de análise este estudo tem se debruçado em analisar as interfaces sobre a experiência de classe e consciência de classe no/pelo trabalho. Temos mergulhado na análise de literaturas marxista, principalmente sob a ótica lukacsiana, que contribuem para entender o processo de formação emancipatória fazendo emergir aproximações sobre o tempo de trabalho e o tempo de formação no fazer cotidiano da vida no campo. Como resultados parciais temos visto que o diálogo com os pares nos espaços que abordam a transição da agricultura convencional para a agroecologia há elementos que permitam no/pelo trabalho a formação humana de maneira mais ampliada.

Palavras-chave: agroecologia; experiência de classe; formação emancipatória;

Introdução

Posto o desafio de pensar as realizações humanas como um movimento que tem levado a destruição de nossas condições reais de vida sobre o planeta principalmente no que se refere à produção de alimentos contaminados por agrotóxicos, a agroecologia vem para situar que ainda há tempo de repensarmos caminhos diferentes para que as nossas posteridades também vivenciam o que as gerações anteriores vivenciaram no que diz respeito ao ecossistemas terrestre.

Mesmo vivendo no século XXI, ainda há defensores das teorias malthusianas de que a produção de alimentos, em breve, não atenderia a população mundial. Nesta tese o autor destaca que as produções agrícolas têm crescido em forma aritmética, enquanto a população de forma

¹ Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGE/FAE/UFMG) e professor da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG/Ubá) Unidade Ubá – custodio.barbosa@uemg.br.

geométrica. Esta defesa tem sido uma das formas que a agricultura convencional ganhou força para se sustentar diante das mazelas que tem provocado na população mundial, em especial, os danos ambientais e os danos sobre a saúde dos/as trabalhadores/as rurais e da população de uma forma geral que tem consumido cada vez mais alimentos com um quantitativo maior de agrotóxico.

Ao pensar as práticas agroecológicas, como mudança de matriz produtiva no campo, leva-se em consideração os tempos que a terra tem para a produção de alimentos, ou seja, o tempo das realizações dos micros organismos que interferem no processo de germinação e crescimento da planta. Neste sentido, a realização do trabalho no campo ganha outra visão de mundo no processo produtivo, que não a do lucro a qualquer custo.

Isto porque com a possibilidade de mudança de matriz produtiva da agricultura convencional para a agroecologia os/as trabalhadores/as rurais tendem a considerar o tempo da terra para a produção de alimentos saudáveis o que gera na relação com a terra um processo de simbiose entre o homem e a natureza, concebendo ao homem, entre o tempo de produção e o repensar de suas ações conscientes sobre a mãe terra.

Este estudo ainda que de forma inicial, buscou analisar as ações elaboradas pelos/as agricultores/as no processo de transição da agricultura convencional para a agroecologia nas propriedades de agricultura familiar localizadas no município de Ubá e circuvizinhanças, e suas relações com o trabalho na perspectiva da formação humana. Entendendo que ao respeitar o tempo de produção da terra os sujeitos camponeses/as passam a gozar de outras possibilidades de relações entre o tempo de trabalho e o tempo de formação, tanto no fazer do trabalho no campo, quanto nas relações com os seus pares nos espaços de conversas sobre este processo de mudança.

A metodologia utilizada neste estudo ficou a cabo de pensar a pesquisa-ação como principal perspectiva de relações entre os dados inicialmente coletados observados e as análises que estão sendo feitas no movimento da pesquisa, em que o pesquisador toma partido das ações e também assume sua condição de coparticipante dos dados coletados em campo.

Esta metodologia é tratada por Thiollent (1986, p. 7) como sendo, enquanto uma “linha de pesquisa associada a diversas formas de ação coletiva que é orientada em função da resolução de problemas ou de objetivos de transformação.” A relação com as diversas formas de ações coletivas tem feito dessa metodologia de pesquisa um espaço/lugar de profundas reflexões sobre o processo de formação humana principalmente na relação com as pesquisas que dialogam de forma democrática com todos/as os/as envolvidos/as.

Sendo assim, temos acompanhado como resultado parcial, que os diálogos com os pares nos espaços que abordam a transição da agricultura convencional para a agroecologia, há elementos que permitam no/pelo fazer e nas relações do trabalho, a formação humana de maneira mais ampliada.

Outro resultado parcial que temos acompanhado tem sido o processo de consciência dos/as agricultores/as no que se refere ao valor social e biológico da terra e suas condições de sociabilidade e qualidade de vida no processo de produção de alimentos sob a dinâmica da agroecologia.

O termo Trabalho e Educação forjados no princípio da ontologia do ser social

O percurso produzido por Lukács no processo de construção dos princípios ontológicos do ser social forjado na perspectiva do trabalho advém do pensamento de Marx que possui na engrenagem do saber/fazer da vida social, as perspectivas de pensar a vida humana distanciada da alienação do trabalho produtivo na relação capital trabalho.

Para Lukács (1974) as relações entre o sujeito e o objeto precisam levar em considerações o processo histórico que cada sujeito tem produzido no seu itinerário de formação, pois mais do que uma relação direta em que o sujeito assume a postura de se encontrar no objeto o processo de produção do saber/fazer das realizações humanas, é necessário;

A interação dialética de sujeito e objeto no processo histórico consiste justamente no fato de que o fator subjetivo, que obviamente é um produto, um fator do processo objetivo em certas situações históricas, cujo aparecimento também é causado pelo processo [...], tem uma repercussão orientadora sobre o próprio processo. Essa repercussão só é possível na práxis, só no presente (por essa razão, utilizo a palavra “instante” para destacar com precisão esse caráter presente e prático). Depois que a

ação foi levada a cabo, o fator subjetivo volta a integrar-se à série dos fatores objetivos. (LUKÁCS, 1974, p. 42).

O elemento da subjetividade do sujeito tende a se manifestar sobre as mais variadas possibilidades interpretativas por partes de analistas dos fenômenos históricos e sociais. Na clarevidência dessas condições e compreendendo a subjetividade como uma das gramáticas que compõem as dimensões da vida, podem alimentar as vozes de que o acaso se realize no momento em que o processo revolucionário se apresente.

Entretanto, um longo percurso precisa ser feito para que o elemento da subjetividade humana ganhe força revolucionária, dentre estes elementos pode-se destacar o eixo de tratar o trabalho tanto no campo quanto na cidade como possibilidade de formação de classe no fazer do trabalho e nas relações que o trabalho pode proporcionar.

Angariar um processo reflexivo em que o trabalho ganha a dimensão de formação humana, se revela como fator de mudança das perspectivas do trabalho e suas produções de subjetividade no ato de labor diário da vida produtiva.

Depois da primeira publicação em 1924 do texto “História e consciência da classe”, o mundo comunista passou a ver as questões ligadas ao processo de consciência de classe sobre outros prismas, principalmente sua vinculação a novas dimensões que a consciência de classe pode elencar para que os trabalhadores produzissem sua própria história de vida na relação com a matriz produtiva. Neste sentido, o método dialético em Lukács passar a ter um caráter de formação. Para ele,

O método dialético não significa nem uma unidade indiferenciada nem uma separação rígida dos fatores. Muito pelo contrário, significa a ininterrupta autonomização dos fatores e a ininterrupta anulação dessa autonomia. Expus diversas vezes em meu livro como se dá concretamente essa interação dialética dos fatores do processo em virtude da renovada anulação dessa autonomia. Nesse ponto, o que interessa é entender que essa autonomia (dialética, e que, por isso, sempre volta a ser dialeticamente superada) do fator subjetivo no atual estágio do processo histórico, no período da revolução proletária, constitui uma característica decisiva da situação global. (LUKÁCS, 2015, p. 43)

Ou seja, tudo que os trabalhadores da cidade e do campo tem feito para superar os problemas existentes na autonomia que o processo dialético tem produzido se faz e refaz no momento em

que este sujeito histórico se reconhece como também um sujeito da contradição e das mudanças nos espaços em que ocupa, principalmente na relação com o processo revolucionário de mudanças de matriz central de produção que nega o princípio do sistema capitalista em que o centro está o lucro a qualquer custo. Complementa Lukács (2015, p.47) “[...] ‘só’ a consciência de classe do proletariado (e do campesinato) seria a força motriz da revolução”. (grifo nosso).

Esse processo de consciência ainda divaga entre nas esteiras de uma sociedade de consumo de bens e informações que tem como principalmente objetivo retirar dos sujeitos históricos o foco do processo revolucionário. Diferente do que viveram os burgueses no processo de sua revolução em que percebiam conscientemente a exploração por meio dos impostos cobrados pela nobreza para a manutenção de suas condições vida.

Para Marx e Engels (2011) os burgueses desencadearam a última grande revolução de mudanças estruturais de poder ao derrubar as monarquias no seu processo revolucionário. A partir desse momento as nações passaram a viver em função dos desmandos da classe burguesa que tem o poder sobre as decisões políticas e “pseudo/democráticas”, em nossa sociedade.

Neste movimento o trabalho ganha outras dimensões, pois com as revoluções burguesas os tempos de trabalhos irão usurpar o que há de mais importante no processo de formação do trabalhador, a possibilidade de se relacionar com o trabalho como um elemento formador, para ter nessa relação o processo de desumanização produzido pelo trabalho alienado. Neste sentido, Lukács situa que,

Não é o predomínio de motivos econômicos na explicação da história que distingue decisivamente o marxismo da ciência burguesa, mas o ponto de vista da totalidade. Esse paradoxo metodológico acentua-se ainda mais porque a totalidade era vista como a portadora categorial do princípio revolucionário da ciência: A primazia da categoria da totalidade é portadora do princípio revolucionário da ciência. (LUKÁCS, 2003, p. 21).

Certo ou não de que o passado e o princípio da vida humana estavam presos a temporalidade do trabalho ao vislumbrar a categoria totalidade no pensamento marxiano e lukacsiano pode-se perceber que a falta de compreensão desta categoria tem feito do movimento revolucionário apenas um engodo em que a burguesa chama de idealismo. Isto sem terem lido uma página dos

textos produzidos por Hegel ou mesmo as que o próprio Marx produziu ao longo de sua trajetória.

Ao enfatizar as dualidades existentes entre o trabalho alienado e o trabalho como princípio formativo, pode-se considerar que as relações entre trabalho e educação são atividades especificamente humanas e que se intensifica pelo processo de que o humano se realiza ainda mais quando os tempos do trabalho atinjam os elementos essenciais do humano, tanto entre seu desenvolvimento histórico cultural, quanto sobre as questões técnicas, tecnológicas e científicas advindas da história das ancestralidades humanas.

Isso significa que, rigorosidade teórico/conceitual e prático/metodológico, dentre todos os animais, apenas o ser humano trabalha e se (des)educa. Este processo ultrapassa as ideias da declaração de Dakar (2001, p. 8) ao destacar que “[...] uma educação que satisfaça suas necessidades básicas de aprendizagem, no melhor e mais pleno sentido do termo, e que inclua aprender a aprender, a fazer, a conviver e a ser”. (DAKAR, 2001, p.8).

O trabalho formador e a educação consciente deveriam, ainda que no processo construtor da vida em sociedade, possibilitar que todos/as pudessem acessá-los na perspectiva de que o cerne da problemática humana encontra-se sobre as relações entre o sujeito e o objeto, principalmente quando o sujeito deixa de ser sujeito e passa a condição de objeto. Nesta relação Lukács ao tomar o pensamento hegeliano destaca que,

[...] o fundamento filosófico último é constituído pelo sujeito-objeto idêntico, que se realiza no processo histórico. É claro que, para o próprio Hegel, o surgimento desse sujeito-objeto é de tipo lógico-filosófico: ao atingir-se a etapa superior do espírito absoluto na filosofia com a retomada da alienação e com o retorno da consciência de si a si mesma, realiza-se o sujeito-objeto idêntico. Na História e consciência de classe, ao contrário, esse é um processo histórico social que culmina no fato de que o proletariado realiza essa etapa na sua consciência de classe, tornando-se o sujeito-objeto idêntico da história. (LUKÁCS, 2003, p. 24).

Ao compreender em Lukács que a relação sujeito-objeto idêntico somente pode ser realizado quando a classe trabalhadora, pela experiência produzida no processo do trabalho formativo, conseguir avançar na etapa em que a consciência de classe ganhe outro patamar de ênfase sobre os rumos que os autores (classe trabalhadora) conceber a suas histórias de produção da vida em

sociedade.

Os percalços produzidos pelo avanço desordenado da lógica capitalista em nível mundial vêm apontando como resultado da própria dinâmica do fazer do trabalho a paritir do movimento educativo absorvido pela educação capitalista-republicana da democracia burguesa, na direção do binomio categorial em que o trabalho e educação não fará com que os trabalhadores se compreendam enquanto sujeitos do processo de sua própria história, mas que na junção trabalho-alienado faz do fazer e das relações de trabalho uma negação do princípio da ontologia do ser social.

Neste sentido, corrobora-se com a ideia lukacsiana de que as consequências do processo histórico em que os sujeitos se apresentem como protagonista desse movimento, sob a ótica da ontologia social, na intensidade desta perspectiva, pode disponibilizar elementos objetivamente necessários para a revolução proletaria (camponesa), entretanto, continua Lukács,

[...] ele de modo algum produz simultaneamente em conexão obrigatória com elas o fator subjetivo fática e praticamente decisivo. As circunstâncias histórico-sociais concretas precisam ser investigadas concretamente em cada caso singular. De modo universalmente ontológico, elas estão baseadas, em última análise, no caráter alternativo de toda resolução humana, cujo pressuposto necessário é que os mesmos acontecimentos sociais influem diferentemente sobre os diferentes estratos e, em seu âmbito, sobre os diferentes indivíduos. (LUKÁCS, 2013, p. 524).

Os encaminhamentos reflexivos no que tange a relação entre trabalho e educação no processo de formação de consciência da classe trabalhadora faz desta temática um lugar de importante embate entre a produção da vida pelo veio das visões de mundos que são permeados pela ideologia burguesa e na contramão desse processo um movimento revolucionário ainda muito insípido, nível de Brasil e, na atual conjuntura na América Latina, em decorrência das últimas investidas no processo político das tendências ultradireitista, quicá nas questões sobre o trabalho formativo emancipatório que pudessem gerar um movimento de princípio de consciência da classe trabalhadora no campo e na cidade.

Este desafio cabe a todos/as os/as envolvidos/as no processo de formação da classe trabalhadora, pois para além de pensar o termo trabalho e educação como um viés de contradição sobre as ideias o pensamento capitalista burguês, este termo nos leva a compreender

que este percurso produzido hoje pelos campos epistemológicos “trabalho e educação” são na prática o movimento produzido pela história das nossas ancestralidades mais remotas.

Agroecologia e os desafios da transição do modo de produção agrícola convencional

As aproximações com as experiências sobre o processo de transição da agricultura convencional para a agroecologia no município de Ubá e municípios adjacentes ocorreram no segundo semestre de 2018, a partir de algumas provocações feitas no interior da disciplina “Educação do Campo e Movimentos Sociais”. O escopo dessa disciplina nos permitiu caminhar sobre as mais diversas possibilidades de produção da vida no campo, dentre elas o conhecimento do movimento de agricultores denominados de “Grupo de Transição Agroecológica” localizado no município de Ubá. Este grupo em Ubá é formado por 14 famílias de agricultores/as e se reúnem mensalmente para discutirem os caminhos desse processo de transição.

No limite da escrita deste texto, e como a pesquisa está em andamento, ainda não tivemos a possibilidade de coletar todos os dados para análise, mas por meio da metodologia da pesquisa-ação como forma de coleta de dados, tivéssemos a possibilidade de visitar um agricultor que esta experimentando o processo de transição da agricultura convencional para a agroecologia no município vizinho a Ubá.

A experiência deste agricultor familiar nos demonstrou os desafios enfrentados para que o processo de transição da agricultura convencional para a agroecologia pudesse ser implementada em sua propriedade, tanto pelas relações que seus vizinhos agricultores possuem no trato com a terra, como pelas condições de produção que efetivamente os considerarem como produtor agroecológico.

De acordo com o projeto de transição que nos municípios da zona da mata mineira tem sido desenvolvido em parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do estado de Minas Gerais (EMATER/MG), há um movimento intenso que precisa ser valorizado.

Cabe ressaltar que apesar de haver semelhanças entre a produção agroecológica e a produção orgânica em que ambas no processo de produção de alimentos não utilizam agrotóxicos, há

elementos que os diferenciam, principalmente no que tange as questões vinculadas ao processo de resgate da trajetória histórica do/a produtor/a e as dimensões sociais, culturais no processo de produção do alimento, enquanto, em certa medida a nomenclatura de produto orgânico, acaba sendo elevado pelo apelo comercial.

De acordo com Altieri (2010) as principais características da produção agroecológicas estão sob a diversidade de culturas contrariando o posicionamento do processo das agriculturas convencionais em que o foco de produção está sob as monoculturas. Além disso, na agroecologia com o processo de diversidade das culturas, permite que as plantas façam os serviços de polinização o que proporcionam melhorias nas condições do solo e disponibilizando alimentos mais saudáveis. Para Altieri a agroecologia se acentua sobre,

[...] uma nova abordagem que integra os princípios agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Ela utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional – genética, agronomia, edafologia – incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais. Uma abordagem agroecológica incentiva os pesquisadores a penetrar no conhecimento e nas técnicas dos agricultores e a desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos. (ALTIERI, 2009, p. 23).

Considerando o projeto de transição, pode-se compreender que há um entendimento ampliado por parte das lideranças da EMATER em Minas Gerais. Para essa liderança, “Além da produção são trabalhados os aspectos social e ambiental para que o produto seja reconhecido como orgânico. É um mercado cobiçado e queremos bases bem sólidas para ele. Toda produção de hoje é absorvida, por isso a tendência é de crescimento”,²

Além dessas questões sobre o entendimento do processo de transição da agricultura convencional para a agroecologia é preciso considerar os critérios para que os agricultores/as consigam chegar à certificação de produção orgânica. Sobre este ponto pode haver contradições no que tange a prática produtiva e a comercialização.

² Fala do coordenador estudual do projeto de transição da EMATER. Capturado em 17/05/2019 http://www.emater.mg.gov.br/portal.cgi?flagweb=site_tpl_paginas_internas&id=21449#.XN8OFFJKjIU

Entretanto, é um movimento que tende a alcançar mais e mais produtores rurais, pois para além de produzir alimentos que geram vida, há uma construção coletiva que precisa ser valorizada, tanto sobre o aspecto da experiência do fazer do trabalho no processo de mudança para a agroecologia, quanto pela própria dinâmica de respeito a terra e o que ela vem a produzir.

Com isso, os princípios do modo de produção da agroecologia tem posto em debate todas as problemáticas existentes sobre a vida humana, principalmente no que se refere às condições reais de mudança de visões de mundo, no qual passa-se a respeitar os tempos em que a terra possui para retornar ao que foi nela plantada.

Esta lógica tem negado atual modelo hegemônico de agricultura que, tem por base processos convencionais de produção, principalmente se vinculando ao pacote da revolução verde que nos deixou como herança, o deserto verde e o agronegócio. Enquanto na agroecologia a prática está centrada em respeitar os tempos de produção da terra, no agronegócio as práticas utilizadas no processo produtivo desrespeitam o princípio da sustentabilidade em que o sistema produtivo não comporta suas relações com os ecossistemas vinculados à produção agrícola.

Para Caporal (2017) um dos grandes problemas do agronegócio está em tomar como base, elementos que não favorecem o processo de diversidade agrícola, com isso prioriza-se a monocultura utilizando-se de insumos (sementes melhoradas geneticamente, fertilizantes químicos, agrotóxicos, forte processo de mecanização desrespeitando o solo, dentre outros fatores), o que torna o campo um espaço/lugar de produção de morte e não de vida sob as mais variadas dimensões humanas.

Estes direcionamentos feitos pela agricultura de matriz produtiva convencional passa a produzir no campo, por meio dos chamados pacotes tecnológicos, movimento de exclusão das diversidades que outrora a região do campesinato possuía. Com os pacotes tecnológicos para o campo que basicamente são acessados pelos grandes latifundiários, renega aos pequenos e médios agricultores condições de poder também utilizar de todos os aparatos tecnológicos desse pacote, cabendo a eles apenas a utilização de alguns insumos para conduzir as pequenas lavouras de monoculturas.

Os obstáculos financeiros e produtivos são desafios que os agricultores, em especial, da agricultura familiar tem enfrentado para dar conta de produzir alimentos saudáveis para o consumo de um número maior de pessoas. Entretanto, a experiência do trabalho que gera vida nos leva a compreender a fala de um agricultor familiar ao se posicionar contra os pacotes tecnológicos, “aqui no, meu terreno, temos nos aproximados do que há de mais importante para os seres humanos, as condições de viver sua passagem por este mundo, com saúde”.

Este relato revela a importante visão de mundo dos produtores rurais que estão em processo de transição da agricultura convencional para a agroecologia ao abrir mão dos pacotes tecnológicos que impactam de forma negativa a produção agrícola no campo, ocorre a aproximação do principal objetivo da produção dos alimentos no campo, gerar e manter a vida em pleno movimento.

Se o campo de produção agrícola encontra-se em disputas entre um projeto que tende a destruir a vida no planeta quer pela produção de morte da terra, dos produtores e também dos consumidores o outro projeto de sociabilidade avança no sentido de valorizar o tempo de produção da terra com todas as suas diversidades biológicas e sociais que ela possui incorporando conceitos importantes para produção de alimentos no campo, a produção agrícola sob a lógica da ecologia, ou seja, a agroecologia.

O campo como espaço/lugar de produção da vida

Quando a vida se revela como dimensão que ultrapasse apenas uma condição de se vincular o trabalho na intencionalidade de reproduzir elementos da relação homem-natureza em que o homem passa a ser a parte pensante dessa relação em detrimento a parte que produz apenas passividade diante das agressões sofridas no decorrer da histórica humana, pode-se tratar esta experiência humana como a experiências do não ser.

Porém, as caracterizações das experiências do trabalho têm revelado para um número cada vez maior de sujeitos, que tem assumido visões de mundo contrário o lógica capitalista, ao perceber que a relação homem-natureza necessidade de articular o respeito mútuo e das possibilidades de construção de um mundo mais próximo da sustentabilidade da vida humana na terra.

Para que esse momento ganhe notoriedade deve-se pensar no processo de formação das classes de trabalhadores que defedem a vida, dentre estas classes os camponeses, sobre tudo os da agricultura familiar. Ao nos reportamos a pensar a formação camponesa temos quase sempre uma vinculação com a formação na cidade, pois assim como destacava Williams (1989, p. 227)

[...] a alteração crucial sofrida pelo relacionamento entre homens [mulheres] e coisas, do qual a cidade é a personificação social e visual mais evidente. Ao ver a cidade, [...] com a consequencia ao mesmo tempo empolgante e ameaçadora de uma nova mobilidade, como não apenas um sistema alheio e indiferente, mas, também o somatório desconhecido, talvez incognoscível, de tantas vidas diversas, acotovelando-se, entrechocando-se, perturbando, ajustando-se, reconhecendo, estabelecendo-se, mudando-se novamente para novos espaços [com ressignificações de suas territorialidades e culturas [...]]

Desde o processo da primeira revolução industrial na Inglaterra do século XVIII, o mundo tem passado por constantes mudanças sobre as tradições do campesinato mundial. Isto porque a lógica que havia sido implantado neste processo era a de que o campo não produzia cultura, mas que estava mergulado em tradições que não tinham mais tantas relações com a vida humana nas complexidades da contemporaneidade.

No Brasil esta lógica se vinculou ao processo de hierarquização dos espaços/lugares de produção da vida em que o campo era concebido como o lugar de atraso e da existência de pessoas sem cultura e sem instrução. Apesar de focar seus olhares sobre a Inglaterra, a percepção de Williams (1989) estava muito próxima ao que os brasileiros pensavam sobre os habitantes e os lugares existentes nas zonas rurais. De acordo com Williams, (1989, p. 11)

[...] o campo passou a ser associado a uma forma natural de vida – de paz, inocência e virtudes simples. À cidade associou-se a idéia de centro de realizações – de saber comunicações e luz [...] a cidade como o lugar do barulho da mundanidade e ambição, o campo como o lugar de atraso ignorância e limitações.

Tomado da experiência do campo as relações vão se distanciando da realidade das vidas nestes dois espaos/lugares de constantes transformações dialéticas, em que as reais contradições são colocadas sobre a lógica da hierarquização dos saberes/fazeres entre o que o campo produz e o que a cidade processa como dinâmica das possíveis realizações das demandas produzidas pela sociedade de consumo, principalmente sobre a chegada ao campo do pacote tecnológico, dentre todos os problemas deste pacote os agrotóxicos que tem sido produzido nos grandes centros de

produção científica e tecnológica no mundo.

Nada tem garantido a humanidade que caminha a passos largos para o seu fim, ao perceber que o lugar de produção da vida tem produzido a morte de muitos, ao fazer a opção pela relação entre a produção que considera o tempo processual da terra e outro que faz da terra apenas um recipiente em que deposita a semente e controla sua germinação e crescimento por meio da utilização de produtos químicos (agrotóxicos) que produz danos irreversíveis à terra, aos produtores e aos consumidores.

Ao acessar os dados sobre o uso de agrotóxicos nas plantações existentes no Brasil, pode-se perceber o tamanho dos problemas no que tange a produção da morte no campo. De acordo com Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama, 2017), ligado ao Ministério do Meio Ambiente, o Brasil é um dos maiores consumidores de agrotóxicos, substância química ou biológica que buscam a proteção das lavouras contra pragas. Dados do Ibama (2017) apontam que no Brasil foram utilizados 540 mil toneladas de ingrediente ativos de agrotóxicos, isso equivale a 20% do mercado global.

As opções políticas e produtivas para o campo tem sido devastadora, pois com a expansão da produção monocultora no país que altera e desequilibra todo o sistema existente nas camadas dos ecossistemas prejudicando toda a biodiversidade e favorece o aparecimento de diversas pragas acarretando muitas doenças no solo e também nos produtores rurais.

Outros dados alarmantes explicitados no Relatório Nacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos em 2018, elaborado pelo Ministério da Saúde, aponta que no Brasil mais de 84 mil pessoas sofreram por intoxicação após ter tido contato com defensivos agrícolas entre os anos de 2007 e 2015. De acordo com o relatório os grupos de trabalhadores/as rurais que utilizam estes produtos na lavoura aumentam muito o risco de adquirir doenças como distúrbios hormonais, malformações gestacionais e câncer.

Enquanto as pesquisas caminham no sentido de alertar para os problemas do uso excessivos de agrotóxicos na agricultura, a política de defesa e proteção da terra e em especial da população brasileira tem cada vez mais perdido os embates, com o avanço de políticas que flexibiliza as

leis ambientais e o retorno do debate sobre o Projeto de Lei (PL) nº 6.299/02, que para muitos ambientalistas esta flexibilização proposta pelo (PL), irá produzir impactos direto sobre a saúde dos produtores rurais e da qualidade dos alimentos que a sociedade irá consumir, pois permitirá que o mercado brasileiro importe cada vez mais agrotóxicos mais danosos a vida dos ecossistemas e em consequência das vidas de todos os seres vivos.

Os campos estão cada vez mais acirrandos e a população do campo terá que buscar alternativas para sobreviver a tamanho jogo de interesses econômicos que coloca sobre a mesa mais do que alimentos contaminados ou alimentos saudáveis, mas um projeto complexo de sociedade ao perceber que para ter qualidade de vida precisará ser o ponto de partida e de chegada para pensar as relações entre a vida e a morte. Sobre esta questão precisa-se pensar quais os caminhos de sustentabilidade para o futuro de nossas gerações de humanas?

Diante desse questionamento pode-se destacar que

[...] toda pergunta só se tornar uma pergunta autêntica mediante a sua formulação que leva a uma resposta e não se restringe a um estado eventualmente difícil de suportar, mas que o conteúdo, a direção, a intensidade etc. da resposta possa adquirir um significado decisivo para o resultado do enfrentamento dos problemas ocasionados pelo desenvolvimento objetivo. Os rumos que o desenvolvimento tomará em decorrência de uma crise dependem – sem, todavia, serem capazes de anular a necessidade essencial do desenvolvimento econômico – amplamente da resposta que tem origem no fator subjetivo. (LUKÁCS, 2013, p. 518-9).

A existência de um projeto de sociedade que tem negado a vida em função da morte no processo de produção agrícola no campo para atender aos interesses econômicos de grandes corporações que produzem agrotóxicos, faz de cada um de nós um militante das causas que advém das mudanças de matriz produtiva da agricultura convencional para a agroecologia.

Isto porque a lógica do sistema capitalista está em expropriar não somente da força de trabalho dos trabalhadores do mundo inteiro pelos donos dos meios de produção, mas também de expropriar da terra aquilo é que mais valoroso, seu valor social, que passa a gerar vida, culturas, educação, tradições, experiências históricas, que se vinculam as lutas e resistências para a manutenção de povos tradicionais. Neste sentido corroboramos com (WILLIAMS, 1989, p. 11) ao pontuar que “Na longa história das comunidades humanas, sempre esteve bem evidente esta

ligação entre a terra da qual todos nós, direta ou indiretamente, extraímos nossa subsistência [...]”.

Considerações finais

Os caminhos são muitos ao pensar as relações entre a produção da vida e a produção da morte no campo. Dentre as possibilidades de caminhos, percorremos o que entendíamos ser mais interessante para retratar algumas experiências mesmo ainda que inicial sobre a dinâmica que o trabalho e educação no processo produtivo com a agroecologia tem demonstrado sobre as condições reais de mudanças de matriz produtivas da agricultura convencional para a agroecologia no município de Ubá e circunvizinhanças que as ações dos agricultores/as podem gerar momentos intensos de reflexões sobre a produção de alimentos saudáveis.

Com base nos dados iniciais do campo, mesmo que por meio de observações e intervenções sobre o processo de produção de alimentos sem a utilização de agrotóxicos nas lavouras, tem nos proporcionado fazer diversas reflexões e análises sobre o princípio formativo realizado pelo tempo de trabalho no processo de produção agroecológico. Dentre as análises se destaca as questões do fazer do trabalho dos/as agricultores/as no respeito ao tempo da terra e as relações que os/as camponeses/as produzem no ato de discutirem as possibilidades de mudanças de matriz produtiva da agricultura convencional para a agroecologia.

Considera-se que do ponto de vista prático, o trabalho e a educação no processo de formação humana de forma ampliada na agroecologia, tende a se aproximar da educação advindos da ancestralidade humana, que faziam da relação com a terra um momento de reflexões sobre o seu tempo de produção e o tempo de formação na espera da germinação e crescimento e colheita dos produtos.

O resgate desse processo educativo na relação com a terra pode nos permitir aumentar a vida humana neste planeta e reduzir principais problemas sobre a saúde dos trabalhadores rurais e dos consumidores dos alimentos que são produzidos sob a lógica do respeito à ecologia, absorvendo os princípios agroecológicos de produção.

Referências

- ALTIERI, Miguel Angel. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. *Revista NERA*, Presidente Prudente, v. 13, n. 16, p. 22-32, jan./ago. 2010.
- ALTIERI, Miguel Angel. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 5. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (Lei n. 9.394/96). In: Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Médio. Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio. Brasília: MEC/SEMT, 1999^a.
- LUKÁCS, György. *História e Consciência de Classe*. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2003.
- LUKÁCS, György. *Para uma Ontologia do Ser Social*. Volume 2, São Paulo, Boitempo Editorial, 2013.
- LUKÁCS, György. *Reboquismo e dialética*. São Paulo, Boitempo, 2015.
- MEIRELLES, Laércio. Soberania Alimentar, agroecologia e mercados locais. *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia*, v. 1, n. 0, p. 11-14, 2004.
- MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. *A Dialética da Agroecologia*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- PAULO NETTO, José. *Introdução ao estudo do método de Marx*. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- PLEKHANOV, Guiorgui Valentinóvitch. *A concepção materialista da história: da filosofia da história, da concepção materialista da história, o papel do indivíduo na história*. 5 ed. – RJ: Paz e Terra, 1980.
- PISTRAK, M. M. *Fundamentos da escola do Trabalho*. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2000.
- SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. In: *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v.12, nº 34, 2007.
- THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986. (Coleção temas básicos de pesquisa-ação).
- THOMPSON, Edward Palmer. *Miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.
- WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade na história e na literatura*. Trad. Paulo Henriques Britto. Companhia das Letras. São Paulo, 1989.